

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E OS ASPECTOS TEÓRICOS DA MEMÓRIA

*Deyse Cortes Pereira**

Resumo: O presente artigo buscou relacionar as teorias que acompanham o processo de modernização da vida social com elementos destacados no arcabouço teórico-histórico da memória social, a fim de compreender uma conexão entre as dimensões efetivas da vida e os reflexos teóricos do exercício prático mnemônico, na perspectiva da transformação e ressignificação de sentidos. Como metodologia o rastro da memória social, discutido a partir dos clássicos até o pensamento contemporâneo, balizou o percurso histórico dos argumentos, seguidos por experimentações efetivas da análise sociológica.

Palavras-chave: Modernização; Teoria; Prática; Memória.

Abstract: The article intends to relate the theories that accompany the process of modernization of social life with elements of the theoretical-historical framework of social memory, with the aim of understanding a connection between the effective dimensions of social life and the theoretical reflexes of the practical mnemonic exercise in perspective of the transformation and resignification of the senses. As a methodology, the trace of social memory, discussed from the classics, and reaching contemporary thought, was the historical course of the arguments followed by effective experiments in sociological analysis.

Keywords: Modernization; Theory; Practice; Memory.

109

Submetido em: 10/02/2017

Aceito em: 19/04/2017

* Mestranda em Memória Social no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: cortesdeyse@gmail.com.

Introdução

Quando falamos em modernização é comum observarmos a adoção de um referencial teórico que acompanha uma perspectiva ideológica desenvolvimentista. Isto se aplica em função da relação sugerida entre a expansão do modo de produção capitalista, e suas constantes revoluções técnico-científicas, e a ampliação e manutenção da dominação do próprio sistema sobre as dimensões da vida como um todo. O que se entende por “expansão” perpassa as organizações sociais de cunho político e ideológico, bem como de base técnica infraestrutural, ou seja, relaciona a dinâmica da vida material com as expressões abstratas de sua constituição, e neste sentido, se encontra em constante transformação, um processo inacabado que se reinventa e se preserva a cada novo ciclo.¹

Deste processo, recortamos a cotidianidade como substância da prática social, entendendo a experiência de expansão do capital, e ampliação das funções sociais do Estado, como produto da abstração dos laços sociais, que configuram arranjos coletivos modernos de institucionalização da vida, tornando o pacto entre indivíduos, no sentido do exercício de suas ações, uma prática histórica metamorfoseada em abstração, e precisamente enquanto esta condição, um sentido moderno de prática social.

110

Este recorte é bastante específico, dentro do que estamos trabalhando como processo de modernização, sendo esta referência uma expressão de categorias de análises complexas, que possuem um desenvolvimento histórico que repercute inúmeros desdobramentos, em períodos históricos marcados por suas especificidades dentro da dinâmica social, como, por exemplo, o valor, o trabalho e o fetichismo. Desta forma, para este artigo, estamos propondo a análise do processo de modernização da vida social objetivamente na dimensão do exercício das práticas cotidianas, não desconsiderando seus atravessamentos, que diretamente compõem a materialidade histórica da emergência das questões que sugerimos sobre a relação entre memória e vida social.

Os estudos em Memória social constituem uma teoria que, de maneira simultânea, acompanha este desenvolvimento, não no sentido de analisá-lo especificamente em suas múltiplas determinações, mas, ao passo em que, a construção deste campo de saber se consolida a partir de balizas mutáveis, que articulam discursos e sentidos sobre representações complexas e, por isso, disformes, ocasionando um constante estado de disputa.

¹ Marx avalia que as relações sociais na sociedade capitalista podem não atender a um caráter espontâneo de legitimação, argumenta que: “Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1982, p. 29).

A estrutura histórica proposta pelos pensadores deste campo, desde os clássicos com Maurice Halbwachs e Henri Bergson, até os mais recentes como Pierre Nora e Andreas Huyssen, demonstra que o movimento do real, da dinâmica social, influencia diretamente a substância teórica de seus argumentos. Isso porque a memória, enquanto prática exercida, contém nuances de continuidade e descontinuidade vinculadas ao modo de vida prático, ou seja, sua efetivação. Desta forma, se estamos falando da transmutação da esfera pública da vida social, em função do aprofundamento de práticas modernas de socialização, estamos assumindo um reflexo teórico, que sugere uma forma unitária entre teoria e prática. Assim, vamos analisar a perspectiva da memória social a partir da historicidade do processo de modernização da vida, em suas expressões cotidianas, compreendendo que as transformações sociais, desencadeadas por este processo, são elementos que atuam diretamente sobre o arcabouço teórico da memória, não no sentido da redenção de conceitos, forjados em sua própria história, mas no sentido de relacionar os fatores de sua superação ao reflexo da contradição da própria lógica social em que se desenvolveram.

Modernização e práticas cotidianas

Descrevendo a substância social da memória – a matéria lembrada – nos mostra que o modo lembrar é individual tanto quanto social, o grupo transmite, retém, e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória, comunitária e, no que lembra e como se lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar (BOSI, 1994, p. 31).

111

A experiência do desenvolvimento do processo de modernização é atravessada historicamente, entre outras manifestações, por períodos de expansão do capital, tendo como produto a transmutação do modo vida. Essa prática se instaura por dentro da organização social, subsidiada por modelos técnicos de desenvolvimento, que requerem e obtêm legitimação política e ideológica. Existe uma característica particular neste movimento, que incorpora a produção teórica sobre o tema, repousando sobre o fato de que algumas vezes é interpretada como necessária ao desenvolvimento econômico, sugerindo sua naturalização. Giddens (1984, p. 111) avalia que, do ponto de vista teórico, a modernização perpassa o pensamento sobre a sociedade industrial.²

² Em Giddens dois elementos modernos de prática social são trabalhados a luz do processo de modernização, na perspectiva da separação espaço temporal, que ocorre somente em sociedades modernas contemporâneas. São eles: os sistemas peritos e as fichas simbólicas, que substanciam o bom funcionamento do que o autor vai chamar de confiança na modernidade.

É uma forma de não se manter ingênuo a complexidade do termo, que se encontra inserido em circunstâncias econômicas, políticas e culturais, que reverberam um fluxo de transformações simultâneas. Assim, o que se entende por modernização não se define unicamente pela materialidade histórica dos processos do capital, mas é justamente a especificidade desta expressão que propomos recortar.

O processo de modernização configura um espaço de intensa disputa, nos termos das dimensões políticas e econômicas, que não pretendemos nos alongar, mas, também não deveremos nos manter alheios. Manifesta a expansão da base material tecnológica do sistema capitalista e sua legitimação política. O que queremos destacar é que este movimento atravessa o modo de vida social de maneira a transformá-lo por completo, a partir do escândalo hegemônico de transmutação de valores, tradições e costumes, em função da 'necessidade' de se converter ideologicamente toda uma forma de organização social.

Em Marx e Engels (1998, p. 15) pressupõe-se que a modernização é um processo de colonização orquestrado pela burguesia, "pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até a mais bárbara, para a civilização", assim torna-se expoente da dominação hegemônica burguesa, manifesta nas relações sociais de produção.

112

As relações sociais de produção, na sociedade industrial mercantil, estabelecem um novo paradigma para as práticas sociais. É preciso reconhecer que existe uma ruptura importante, no sentido da experiência social, que separa o indivíduo do seu fazer próprio efetivo.³ O tipo de experiência comunitária em que a produção e reprodução dos sentidos comuns, baseados em relações de solidariedade e cuidado mútuo, é abstraído da sua dimensão real, material, e em seu lugar cria-se um *quimera* forjado por demandas sociais que já não podem mais ser solucionadas no cotidiano das relações.

De acordo com Giddens (1991, p. 83), "em condições de modernidade, uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana". E este é o cenário de ampliação das funções sociais do Estado, que acompanham o desenvolvimento do capital, um híbrido⁴ sistema de concessões que vai relacionar políticas sociais, públicas e assistenciais na gestão da barbárie absoluta.⁵

³ Referente à duas categorias de base no pensamento marxista: fetichismo e mercadoria, nos temos da reificação das formas sociais como fenômeno das relações sociais modernizadoras.

⁴ Sobre o conceito de Estado híbrido ver Kurz (1997).

⁵ Argumento discutido por Marildo Menegat (2008) ao observar a impossibilidade do sistema de continuar a se reproduzir sobre as formas burguesa.

Além de toda análise econômica e política produzida sobre este processo, existe um elemento pouco discutido que se encontra justamente no espaço de desenvolvimento das práticas sociais, produzindo e reproduzindo experiências concretas, que é o cotidiano. Quando a vida se produzia no chão comunitário, toda a experiência que lhes ocorria era comum, este era o sentido público da vida social. Quando a comunidade vai se diluindo, em substituição ao indivíduo social abstrato, que não estabelece mais vínculos de pertencimento comunitário, o sentido público da vida social vai deixando de ser produzido. A esfera comunitária deixa espaço para a esfera comunitária que materializa o Estado, minando assim as características espontâneas oriundas das experiências populares e culturais, configurando um evento institucional abstrato que desconsidera a singularização e a experiência, produto funcional da perspectiva desenvolvimentista.

O cotidiano expressa todos os sentidos da vida social, os colocam em funcionamento, produz a dinâmica da ação, da existência concreta. E neste sentido os elementos de composição da vida cotidiana na sociedade capitalista, que Lefebvre (1977, p. 39) destaca, quais sejam, “o trabalho, a família e o lazer”, pressupõem a dissolução dos vínculos comunitários, e em seu lugar elabora uma espécie de núcleo privado de reprodução do próprio capital.

A abstração dos laços sociais, comum à sociedade industrial, transforma as relações sociais, em seu sentido efetivo, configurando a razão de ser da sociedade mercantil, “a primeira sociedade em que o laço social se torna abstrato, separado do resto” (JAPPE, 2006, p. 57), produzindo impactos no modo de ser de tal sociedade. Este movimento possui múltiplas determinações e complexos desdobramentos dentro da organização social como um todo. Não se reduz a uma categoria de análise, mas dialoga com diversas expressões da vida social.

O Capital se desenvolve de maneira disforme nos territórios em que se aplicam suas elevações, muito embora, seus objetivos e meios de realização sejam imutáveis, representados pela expectativa do lucro e pela instrumentalidade do mercado. Porém, cada nação desenvolve suas vertentes de maneira processual, de acordo com sua colocação na dinâmica do desenvolvimento de suas potencialidades, distanciando as nações periféricas dos países de capitalismo central, e sentenciando sua exploração e a funcionalidade de sua inscrição precária e retardatária. Observamos assim, que a materialidade histórica produzida pelo sistema, e aplicada às possibilidades de experimentação na periferia do capital, manifesta um sentido de coesão vital e de subsídio à forma global de sua organização.

A vida urbana é outro aspecto deste processo. Elizabeth Galskell no final da *Era vitoriana*, entre 1854-1855, escreve *North and South*, sugerindo de pronto à introdução

de uma oposição binária. Passando por uma construção sobre o drama de um jovem casal, o cenário social em que a autora descreve seus personagens, e as relações sociais que os mesmos pactuam, é um reflexo da cena pungente do cotidiano real das transformações das práticas sociais, e de novos arranjos válidos, de reconhecimento e perpetuação da lógica capitalista, que ainda desenvolvia sua estrutura de dominação.

Ao criar duas cidades fictícias com dinâmicas sociais completamente diferentes, introduz a problemática da aceleração do tempo e seus reflexos no espaço social vivido, ou seja, no cotidiano da vida social. Uma família religiosa, interiorana, vinculada a uma dinâmica social balizada em relações de confiança e de cuidado mútuo, ao encontrar-se inserida numa outra realidade, tendo como centro a vida urbana individualista, carente em reconhecer seus componentes humanos, em uma relação de sensibilidade uns com os outros, percebe-se desencaixada, mesmo ocupando o mesmo espaço e presente no mesmo tempo histórico. Esse “desencaixe” é proporcionado pelo choque entre forças coletivas unificadoras, que determinam a prática social, que se distinguem fundamentalmente entre o que lembrar e como lembrar, dentro de dinâmicas sociais distintas, marcadas por experiências outras.

114 Talvez, o recorte proposto, possua uma inclinação maior à problemática da Cultura, tratando das transformações no modo de ser, e aplicando o reconhecimento de heranças simbólicas materializadas nas ações cotidianas, que a interrupção de sua efetivação remonta a um cenário de ruptura com experiências coletivas do passado. O que configura, o sentido da modernização da vida social, em um apagamento de possibilidades, de alternativas, de modos de vida que resistam a lógica do capital e do mercado, e que reverberam nos processos identitários, na perspectiva das lutas populares, nas práticas subversivas de oposição e resistência social, entre outras dimensões.

O produto desta construção em termos de memória se constitui na separação, ou, em alguns casos, na destruição da dimensão da vida social e dos suportes materiais da lembrança, no que se refere à perpetuação da prática social. Marilena Chauí (1979, p. 19) avalia que a destruição dos suportes materiais da memória como prática da sociedade capitalista, interfere nos caminhos da lembrança, “arrancando seus marcos e apagando seus rastros”. A memória nas sociedades antigas efetivava o sentido da confiança e da convivência, ancorava-se no contexto espacial do sentimento que os uniam.⁶ Essa dimensão é constituída por uma força coletiva unificadora de sustentação mnemônica.

⁶ Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, mas também por outra ação sinistra, que sufoca a lembrança, que é a história oficial, celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (CHAUÍ, 1979, p. 19).

Memória e modernização

A questão é que os conceitos têm uma história, uma contingência, um solo que lhes fornece sentido. Eles não são inventados do nada. Como escreveram Deleuze e Guattari, os conceitos só são criados em função de problemas, sem os quais perderiam sua razão de ser (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 9).

Então, o processo de modernização da vida social é inserido em um contexto amplo de sucessivas transformações. É um modo de vida vinculado a uma produção mecanicista, acelerada, que vai impactar a dinâmica do tempo, e complexificar a reprodução da vida social, uma expressão do que chamamos de vida urbana.

O processo de modernização, na perspectiva da reprodução da vida social, é atravessado pela abstração dos laços sociais e configuração do sujeito social abstrato, que não possui mais vínculos de pertencimento comunitário, ao invés disso, se vê inserido na dinâmica institucional que o Estado elabora, a fim de produzir resposta a demandas sociais que antes eram solucionadas a partir do sentido das relações sociais para sobrevivência, que estão na arena do cuidado mútuo, sobre a pertença e a solidariedade que os unia.

Neste espaço de reprodução social da vida, a dinâmica da modernidade age no sentido da própria diluição e transmutação das relações sociais experimentadas. Tal processo se intensifica no final do século XIX e perdura até a atualidade, escrevendo uma história de grandes realizações e profundas mazelas, generosas concessões e marcas viscerais nas lutas e resistência, desencadeando um cotidiano contraditório em sua efetivação. Este é o lugar, entre outros pressupostos, de onde estamos olhando a modernização.

Todo este processo complexo, possui múltiplas dimensões e diferentes análises teórico-conceituais, portanto, dando ênfase ao recorte que propomos, iremos nos ater a comentar o processo teórico da memória, no sentido crítico das ideias, na perspectiva da contextualização de seus argumentos, e, buscando no cenário histórico da modernização as balizas de suas elaborações.

É necessário ter em mente a parcela inacabada do próprio conceito de *memória*, que sinaliza seu constante processo de continuidade e descontinuidade simultânea. A perspectiva teórica tal qual nos debruçamos, insere a dinâmica em um campo de lutas envolto por relações de poder, matéria-prima para a relação conflituosa entre a lembrança e o esquecimento.

A ideia de conceituação é algo dado e imutável. O que o campo teórico da memória social supõe repousa justamente na crítica sobre esta condição, não no sentido do desprezo a elaborações históricas, mas atentando para características temporais tanto do conceito apresentado quanto do problema que o motivou.

Partindo de Maurice Halbwachs,⁷ no início do século XX, a aderência, a unidade, a coesão, como qualidade de algo que se une e se reproduz, é o pano de fundo da proposta de sua problemática, que vai evidenciar um sistema de valores que unifica determinados grupos, o que em seus escritos é reconhecido como configuração de quadros sociais da memória.

A realidade social de seus estudos representa o período de ascendência dos estudos sociais, de novas teorias e instrumentos de leitura social. Isto se dá majoritariamente pelo processo de profundas modificações nas relações sociais de sua época, nos termos da modernização desenvolvimentista orientado para o progresso. Tornando a perspectiva psicológica, antropológica, etc., insuficientes para a interpretação dessa nova dinâmica, embora preservassem argumentos sucintamente íntegros.

A oposição entre fato e teoria que Halbwachs diagnosticou em seu período, e que balizou seus estudos na perspectiva da regularidade e da coletividade, não é fruto de uma teoria ultrapassada pelo processo histórico simplesmente, mas sim, reflexo da própria realidade social que o teórico se insere, uma organização aos poucos entabulada pelos ditames do progresso positivista, ordenada funcionalmente para ser o que é. Desta forma não se trata de polarizar conceitos intercalando sua aplicabilidade, mas historicizar a contextualização sobre qual emergem.

116

Émile Durkheim, teórico que representou grande influência ao pensamento de Halbwachs, argumenta que a vida cotidiana, e suas classificações, é produto da efetivação de uma consciência coletiva, também relacionada como um objeto de moral, e, neste sentido, torna “a dinâmica cotidiana base para a sustentação do tradicionalismo, compreendendo moral e tradição como elementos da memória” (DURKHEIM, 2008, p. 405). Assim, o meio social é fator determinante para o sentido da conservação de práticas sociais. A teorização do coletivo social, e a relação dinâmica das relações em meios de efetivação, é um reflexo das fronteiras assentadas, que o período histórico dispõe para a vida social, uma sociedade cada vez mais classificada e fragmentada.

O pensamento de Halbwachs, neste sentido, representa uma ruptura com a perspectiva filosófica, idealista, espaço comum da intelectualidade no início do século XX. A transmutação de todo um modo de vida, nos termos da prática social, impacta diretamente a teoria social que a circunscreve, partindo do princípio que as condições objetivas de desenvolvimento da vida social estão em constante processo de significação

⁷ O teórico parte de fundamentações anteriores sobre a memória, presentes nos argumentos de Nietzsche, Bergson e Freud, porém, em dimensões diferentes de análises. O que se percebia a cerca deste campo até então, se concebia sobre a égide de uma faculdade psíquica, individual, como um elemento da condição humana e suas capacidades mentais. Não é por acaso que Halbwachs vai enfatizar as concepções durkheimianas sobre o que se evidencia no processo analógico entre as relações humanas e mentais, ele mesmo encontra-se inserido em um período histórico de efervescência dos estudos sociais.

e ressignificação. A realidade que Halbwachs se deparou era a incorporação de uma prática social voltada para a integração das massas populares, de uniformização dos padrões sociais de desenvolvimento de suas relações, de estabilidade funcional, e isso se reflete em sua teoria.

Esse argumento é contraditório ao passo em que ao mesmo tempo em que a fragmentação, e individualização nas camadas populares, se tornam necessárias à sociedade de classes, sua expressão funcional a estrutura social capitalista por meios de instituições, traça sua unificação em dimensões abstratas, que poderíamos relacionar os expoentes de uma prática alienada, partindo de relações sociais cada vez mais fetichizadas, algo marcado no pensamento político-econômico.

Anterior a Halbwachs, Henri Bergson dispõe a memória como substância das interpretações e apreensão do mundo, e neste movimento privilegia as expressões da lembrança vinculadas à imagem e percepção. A formulação presente em sua teoria, que irá ponderar o pensamento de Halbwachs encontra-se na noção temporal de duração, sugerindo uma expressão ontológica, vinculada à realidade e sua dinâmica de transformação, não há representação que não se modifique a todo o momento; se um estado de alma parasse de variar, sua duração deixaria de fluir (BERGSON, 2005, p. 2). Assim, "duração é memória, é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança" (BERGSON, 2011, p. 48). A memória neste sentido acumula vários passados, e é ativada a partir de uma consequência útil, como produto de uma ação empregada.

117

Halbwachs vai reinterpretar essa formulação no sentido de atribuir a ela a percepção do meio social, uma inspiração também durkheimiana, a partir da crítica a posição de Bergson sobre a dimensão do presente no processo de memória. Bergson nos diz que "para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar" (BERGSON, 2011, p. 90). Essa formulação é inaceitável para Halbwachs, que considera amplamente ação do presente no que entende primeiramente como os marcos sociais da memória. E isso é parte de uma ruptura com instrumentos históricos de leitura social da ordem filosófica, em um período intensamente marcado pelo iluminismo.

O que Halbwachs traz de problemática após essa ruptura é justamente a percepção de que "a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva" (HALBWACHS, 2006, p. 53), e isso transforma completamente o argumento. Ele vai dimensionar a lembrança a partir das relações desenvolvidas pelos grupos sociais, tanto na perspectiva da produção quanto na reprodução das narrativas sobre os mesmos, e esse é o empenho da vinculação entre o passado, o presente e o futuro. A articulação da memória é produto do desenvolvimento das relações no interior dos grupos sociais.

O apêndice que o sujeito sociológico da modernidade se configura em relação à estrutura social, é uma aproximação da percepção de Halbwachs sobre a coesão social. Porém, em tempos de modernidade aprofundada, não vai funcionar operacionalmente em sua justificativa. A fragmentação da memória no mundo contemporâneo é um expoente da diversidade propostas pelas migrações de massas e seus processos identitários irregulares, comprometendo a disseminação de valores e referenciais comuns a determinados grupos, que se desfalecem em sua natureza comunitária, não sendo mais possível a perpetuação, transmissão e conservação de seus costumes, como, de fato passado, eram.

Este cenário é montado na atualidade onde a plenitude do sistema capitalista já é capaz de representar a dominação da vida como um todo, em todas as suas dimensões, e os aspectos da globalização, mundialização, entre outros termos, são objetivados nos arranjos sociais atuais. Assim, evidencia a relação entre aprofundamento da vida moderna e diluição do solo comunitário, mais ainda, a necessidade de se aniquilar a dinâmica social vinculada a uma experiência real de vida, em função da funcionalidade da abstração, como garantia de reprodução do próprio sistema.

Pierre Nora em *Entre memória e a história* nos traz a reflexão a partir da dialética da lembrança e do esquecimento, voltada para uma forma social específica de construção da memória, que em seus termos surge da emergência de se preservar uma memória oficial em espaços próprios, destinados a esta prática. A memória então ganha ares de organização voluntária, intencional e seletiva, se distanciando de sua efetivação na vida prática espontânea. "Quanto menos a memória é vivida, no interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores, de referências tangíveis, de uma existência que só vive através delas" (NORA, 1993, p. 14). Os lugares de memória, dentro desta lógica, surgem a partir do esvaziamento da memória espontânea, e este não é um fenômeno isolado, mas se configura também com produto de uma prática social moderna, em que imperam as relações sociais abstratas, refletindo de maneira multideterminada na organização social como um todo. Em poucas palavras, a emergência de lugares destinados à memória, na realidade objetiva da modernidade, é uma resposta à impossibilidade de sua realização prática no cotidiano das relações.

Andreas Huyssen desvenda um fenômeno moderno, por dentro da questão da memória na atualidade, que indica as últimas décadas como solo fértil para uma eclosão do que ele vai chamar de "boom da memória".⁸ Essa perspectiva está relacionada à aceleração do tempo, a dinâmica da vida social, que atravessada por

⁸ O autor explora este argumento intensamente ao longo de suas obras "Memória do Modernismo" e "Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia", de maneira a analisar as múltiplas determinações da memória por dentro de relações sociais em constante e aceleradas mutações no recorte do mundo ocidental.

padrões tecnológicos esgota ações vinculadas ao tradicionalismo, ou converte a tradição em uma forma de manutenção de lógicas opressivas, outrora experimentadas.

Se “a memória é um fenômeno social que emerge do grupo que ela une” (NORA, 1993, p. 9), em tempos de dissolução dos espaços comunitários, e de elaboração de um sujeito coletivo abstrato, a memória espontânea vinculada às balizas do tradicional, nos termos de normatização da vida, passa a ser implicada por uma memória sintética, fabricada a partir de uma funcionalidade específica, nos termos do controle social, que vai interferir no modo de vida de forma organizacional.

Este sentido moderno da memória, atendendo a demanda da organização funcional do capital, que na plenitude de seu potencial econômico-político, revela seu potencial circunscrito na dominação da vida como um todo, sendo capaz, historicamente, de transformar práticas sociais, destruir as balizas anteriores das relações pactuadas, e criar suportes mnemônicos sintéticos vinculados a instituições, como produto da abstração por completo dos laços sociais.

Considerações finais

O processo de modernização, especificamente no sentido da transmutação de práticas sociais, recai sobre a forma de organização da vida como um todo, tanto nos processos coletivos de formação das massas, quanto também em seus elementos subjetivos, presentes inclusive no processo de identificação. Assim, pensando nos termos expostos, todo o processo de modernização, e conseqüentemente a transmutação de práticas sociais, reverbera diretamente na cultura, nos meios de transmissão e prolongamento como tratamos anteriormente, como também no que se refere à produção de identidade. A memória neste sentido ganha contornos de resistência.

Parece que a questão torna-se compreender a necessidade da luta voltada para a expressão de um novo modo de vida, rompendo com a perspectiva da abstração moderna, e vinculando à cultura a dimensão prática da vida social, para então pensar a memória cultural como conjunto de fenômenos do contexto social, tendo seus suportes mnemônicos no cotidiano, nas condições objetivas para o reconhecimento e garantia de sobrevivência do próprio grupo. Como se a dinâmica do real exercesse uma força exterior, capaz de emergir, para este coletivo, a rememoração de experiências anteriores, no sentido prático da vida, não em um retorno automático ao passado desconsiderando seus aprofundamentos, mas, reconstituindo o presente a partir de atividades simbólicas exercidas no contexto social, criando pactos, articulações e uma cultura de sobrevivência e luta, em que a transmissão ancora-se na reconstrução da esfera pública da vida, tornando o cotidiano seu espaço de reprodução.

Se pensarmos a memória relacionando-a ao cotidiano da resistência, a cultura será um canal de coexistência prática destas duas dimensões, e de produção dos processos identitários. Dimensionando a cultura no cotidiano das interações sociais, os grupos elaboram e vivenciam na realidade formas e símbolos, que promovem o reconhecimento de si, e em medida, o ser reconhecido pelos outros, que se manifestam culturalmente de forma diferente. Assim, "a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre várias identidades (WOODWARD, 2000, p. 18), e isso é próprio das relações sociais que do chão comunitário emergem.

A identidade sem-terra,⁹ por exemplo, é produto da vivência entre os espaços comuns onde à vida se materializa, e não das abstrações nas instituições do Estado. E nestes espaços, a perspectiva relacional que polariza o excluído do incluído, define os dois lados em questão, acentuando suas diferenças para afirmar sua paridade. O processo identitário se desenvolve por meio da materialização, na prática de suportes simbólicos, de produção de significados, baseados em atributos culturais, que irão prevalecer sobre a interferência de outras possíveis fontes.

Essa identidade é produzida historicamente, a partir do processo de ressignificação das experiências vividas. E estas ressignificações são produtos da cultura, dos sistemas de símbolos. Relacionam a produção de sua identidade diretamente com a produção cultural de sua prática cotidiana, regressam ao chão comunitário, e produzem experiências reais de auto-organização, pactos de sobrevivência, e com isso reencontram o sonho de emancipação social, que o processo de modernização da vida sentenciou ao esquecimento, e em seu lugar embutiu lutas democráticas e de ampliação da cidadania, que jamais representarão algo além da lógica de dominação do próprio sistema.

À medida que a base de organização popular volta à cena, proporcionando a vinculação orgânica dos sujeitos com o movimento, e rompendo com a perspectiva da institucionalização, mesmo que de forma embrionária, sua militância gera um novo repertório. Eles irão acessar o Estado, em tudo que esta organização ainda puder prover, mas irão ressignificar os termos da assistência, tornando ultrapassadas as políticas de transferência de renda, que preveem a integração pelo consumo. Estão apropriando-se do espaço público, e ao mesmo tempo experimentando a reconstrução do seu próprio sentido, tradicionalmente ainda carregando a afirmação de uma democracia participativa, mas efetivamente gerando embriões subversivos ao passo em que articulam uma nova lógica, por dentro dos assentamentos.

Talvez, seja esta ainda hoje, uma prática carente dos tais aspectos teóricos que nos propusemos a analisar, revelando um campo de estudo contraditório, como buscamos destacar no contexto da historicidade das formulações dos conceitos anteriores.

⁹ Referência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Referências

- BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Matéria e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória, in: BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 16. edição, 2010
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GASKELL, E. **Norte e Sul**, 2004, São Paulo, ed. Landmark.
- GIDDENS, A. Teoria da modernização e sua crítica. In: _____. **Sociologia**: uma breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 111-119.
- _____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GONDAR, J. DODEBEL, V. Apresentação. In: **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Programa de pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 200.
- _____. **Memória do modernismo**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1996.
- JAPPE, A. **As Aventuras da Mercadoria**. Lisboa, Antígona, 2006.
- KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In: KURZ, R. **Os últimos combates**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. P. 91-118.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**: Introduction. Paris: L'Arche Éditeur, 1977. v. 1.
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 10. ed. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, K. Prefácio. In: **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus, formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? **Praia Vermelha**, v. 18, n. 1, p. 146-177, 2008.

- NORA, P. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, n. 10, p. 7-28, 1993.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual, In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.